

EDITORIAL DE ABRIL/2020:

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: SOLUÇÕES EMERGENCIAIS PELO MUNDO

A situação iniciada a partir do contágio mundial em massa pelo COVID-19, ainda que se trate de uma questão de saúde pública, afetou o cenário mundial em seus mais diversos campos, trazendo consequências econômicas, políticas, sociais e, logo, também, ao campo educacional. Diante do isolamento social, determinado com maior ou menor rigor nos mais diferentes países, noticiou-se, logo nos primeiros 30 dias de contágio mundial e massivo do vírus, o alcance do número de 300 milhões de crianças e adolescentes fora da escola. Diante do aumento dos casos, ao final de março a situação já afetava metade dos estudantes do mundo, ou seja, mais de 850 milhões de crianças, em 102 países. No momento de escrita deste editorial, a UNESCO noticiava ter sido alcançado o número de 1,6 bilhão de crianças e jovens afetados pelo fechamento de escolas, em 191 países, representando 90,2% da população estudantil mundial, os quais enfrentam, como consequência, interrupções no desenvolvimento escolar.

Esta paralisação compulsória trouxe, inevitavelmente, ao centro do debate educacional, o uso das tecnologias educacionais para realização de atividades escolares não presenciais. É importante frisar, logo nesse primeiro momento, que a disponibilização de ferramentas online para a realização de atividades não presenciais distancia-se do conceito de Educação a Distância (EAD). Contudo, diante da situação emergencial, Governos Estaduais e Municipais, prescindindo da estrutura necessária para a prática de EAD, depararam-se com a necessidade de concentrar esforços na preparação dos professores para o desenvolvimento de situações de aprendizagem remota, que, em geral, estão sendo mediadas pelo uso das tecnologias. Diante disso, foi demandada, por parte dos docentes, a capacidade de experimentar, inovar, sistematizar esse conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem de seus alunos, fazendo o melhor uso possível dessas ferramentas, cujo uso, para muitos, era até então desconhecido.

Em países como a China, por exemplo, que possui uma estrutura robusta de acesso à internet e às tecnologias nos mais diferentes dispositivos, tanto escolas públicas, quanto privadas, adotaram o sistema de atividades online. Após 90 dias de enfrentamento ao vírus, em alguns distritos foi retomado o ensino presencial, com fortes medidas de prevenção ao contágio, mas via de regra, professores seguiram suas atividades sem a reabertura das escolas. Além disso, foi lançada uma plataforma nacional de aprendizagem, com conteúdos divididos em educação para prevenção de epidemias, educação moral, educação para temas especiais, aprendizado curricular, materiais didáticos eletrônicos e educação via cinema e televisão. É importante frisar, aqui, que na condição de primeiro país a enfrentar um grande contágio pelo COVID-19, a China enfrentou 30 dias sem qualquer atividade escolar, até que fossem enfim tomadas iniciativas de ensino não presencial¹.

Na mesma direção, até meados de março, em pelo menos vinte países Europeus, escolas públicas e privadas já se encontravam totalmente fechadas, sendo adotadas diferentes medidas em cada um desses países. Em Portugal, por exemplo, a solução encontrada utilizou um caminho que, em alguma medida, pode ser considerado mais democrático. Além do acompanhamento à distância, o qual foi iniciado por cada escola antes da organização nacional, optou-se, a partir de abril, pela

¹ Além das fontes jornalísticas consultadas, contou-se com a colaboração de Luana Borges Eller, professora de inglês da rede privada no distrito de Sha'anxi, Xi'an, China.

transmissão de aulas pela televisão. Pelas vias de um projeto que ganhou o nome de #EstudoemCasa, iniciado no dia 14 do mês corrente, disponibilizou-se, na TV aberta, uma programação diária, com aulas de trinta minutos, organizadas a partir de agrupamentos de conteúdos que normalmente abrangem mais de uma disciplina e são indicados à um ou mais anos, como se existissem classes mistas.

Em Montreal, Canadá, optou-se pela construção de um portal online², oferecido pelo Governo, no qual são submetidas atividades para as crianças. Além disso, para acompanhamento, estabeleceu-se contato semanal, por telefone, do/a professor/a com os estudantes. É interessante destacar que, de acordo com a fonte consultada para o presente escrito³, as escolas demonstraram, em um primeiro momento, não possuir preparo para o ensino não presencial nas escolas primárias, o que exigiu tempo de organização - em torno de 14 dias, segundo o entrevistado. Durante esse período, as escolas mantinham contato com as famílias para orientá-los em relação aos materiais já disponíveis para atividades em casa. Ademais, segundo a fonte, o governo federal estuda a possibilidade de retorno das aulas presenciais apenas em setembro.

No Brasil, na ausência de uma política nacional de enfrentamento por parte do Governo Federal, os Estados estão se organizando de forma diversa. São Paulo, maior Estado do país, optou pela oferta de educação não presencial, com suporte via canal televisivo TV Educação, em parceria com o centro de Mídias Estadual. Neste sentido, foram preparadas aulas, oferecidas neste canal televisivo e virtual em horários alternados, com conteúdos curriculares oferecidos de acordo com a série e a etapa da educação básica.

Em Santa Catarina, Estado que é foco deste observatório, a aposta se concentrou num processo emergencial voltado à formação de professores, com um cronograma que atribuiu maior enfoque à utilização de ferramentas que integram ao *Google for Education*, fornecendo, também, elementos didático-metodológicos⁴. Passados quinze dias de formação por meio remoto, o foco se encontra atualmente no compartilhamento de experiências dos profissionais da Rede, dos diversos componentes curriculares e diferentes etapas e modalidades da educação básica. Todavia, sabe-se que um processo desta envergadura não se conclui de forma rápida. Trata-se de um grande desafio às redes e aos professores e de um processo lento de aceitação até que se colham os resultados, afinal, trata-se de uma vasta rede de ensino. Por conta disso, outra ação impetrada pela Secretaria da Educação de Santa Catarina, com o intuito de reduzir a desigualdade no atendimento aos estudantes, é a disponibilização de atividades impressas, pelas escolas, a serem buscadas pelos pais e desenvolvidas pelos estudantes que não possuem acesso à internet, fato este bastante evidente nas regiões interioranas e em alguns casos, até em regiões litorâneas. Outro mecanismo disponibilizado aos pais e estudantes foi um canal de atendimento 0800, a partir do qual é possível dirimir dúvidas acerca do regime especial de atividades durante o período da pandemia.

Seja em escala nacional ou mundial, apesar de todos os esforços empregados nestas ações, os sistemas de ensino têm esbarrado na fragilidade da educação. A pandemia evidenciou e lançou holofotes sobre as desigualdades, demonstrando o quanto ainda há por se fazer até que alcancemos

² Plataforma disponível em <https://ecoleouverte.ca/fr/> Acesso em 23 abr. 2020.

³ Thiago Kieling Gomes, responsável por uma educanda, cujo nome não será divulgado, que cursa a 5ª série do primário, em Montreal.

⁴ Plataforma de formação disponível em: <https://sites.google.com/sed.sc.gov.br/scemformacao/in%C3%ADcio> Acesso em 29 abr. 2020.

OEMESC	Editorial mensal	http://www.udesc.br/ensinomedioemsc	Abr. 2020
--------	------------------	---	-----------

um patamar de equidade no atendimento a educação - no caso específico do Brasil, fazendo valer o que rege a Carta Magna do País, que garante o acesso igualitário à educação como direito social.

Este período provocou também muitas reflexões - ou lições, ainda que iniciais - acerca do que precisará ser mudado na escola “pós-pandemia”. A primeira destas reflexões refere-se ao fato de que quem **apenas** segue currículos, sem estabelecer relações diretas com seu público e com a realidade que o cerca, não entendeu o mandato educacional. Ou seja, não é prática viável apenas transpor conteúdos dos documentos curriculares, prescindindo dos pilares do que constitui o fazer docente: o planejamento, a seleção de conceitos e objetos de conhecimento, a reflexão acerca do que, a quem e para que queremos ensinar. É necessário ter claro que, ainda que neste momento ocorram de forma não presencial, estas são práticas de ensino escolares e possuem, portanto, caráter intencional. Ademais, é inviável, enquanto durar o regime especial de atividades não presenciais, tratar os assuntos da mesma forma como se estivessem sendo trabalhados em sala de aula, sem adequações didático-metodológicas. São diferentes tempos, diferentes espaços, ambientes diferentes de aprendizagem (os quais nem sempre possuem as condições ideais) e, além disso, os estudantes possuem condições desiguais de suporte e acesso às tecnologias.

Diante disso, revela-se a segunda reflexão: cabe à escola, neste momento, provar que suas estruturas não são tão rígidas, e que a palavra de ordem é a **flexibilidade**, por meio de projetos adaptados à situação, envolvendo a leitura de bons livros, filmes, situações de aprendizagem vinculadas à experiência social de isolamento e enfrentamento de uma pandemia mundial, questões que independem de um currículo rígido, demonstrando às escolas que os desafios às crianças são de outra ordem.

A terceira inegável lição refere-se ao fato de que esta pandemia tem evidenciado a desigualdade que demarca nossa sociedade, pois, enquanto algumas crianças têm acesso à tecnologias de ponta, possuem acesso ilimitado à internet e recebem em casa o apoio dos pais/responsáveis, tantas outras ficam à margem deste processo, seja pela falta de equipamento tecnológico adequado em casa, seja pelo fato de os responsáveis dedicarem-se à outras preocupações, seja por estes não terem a formação escolar adequada para orientá-los em relação à realização das atividades ou, ainda, por situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Questão indiscutível refere-se ao fato de que a ausência da mediação presencial do professor em relação às situações de aprendizagem torna obrigatório que, no retorno das aulas presenciais, levemos a cabo outra reflexão que há tempos perpassa os espaços escolares, sem o devido alcance em termos práticos, que se trata da **individualização do ensino e dos processos avaliativos**. Será necessário repensarmos a avaliação destas crianças, levando em consideração tudo o que as engloba e quais foram suas possibilidades de acesso e aproveitamento das atividades escolares durante o período de pandemia. Diante disso, será necessário realizar uma nova avaliação diagnóstica, buscando mensurar os efeitos deste período de longo afastamento escolar, uma vez que compreendemos que independentemente do acesso às atividades não presenciais e do suporte da família, o ano letivo será prejudicado do ponto de vista qualitativo. É imprescindível, portanto, que as escolas refaçam seus planejamentos, pensando em como recuperar as aprendizagens que tiveram prejuízo pedagógico. Além disso, é imprescindível também que seja atribuído maior enfoque ao acolhimento destas crianças e jovens, destinando-os um olhar atento, que nos possibilite estar sensíveis à identificação não só dos prejuízos escolares, mas de possíveis situações de violência física e sexual, bem como questões de prejuízo da saúde mental. Em resumo, a desigualdade e vulnerabilidade, já visível, e muitas vezes ignorada, na escola presencial, foi fortemente acentuada com a pandemia. É necessário olharmos para isso.

OEMESC	Editorial mensal	http://www.udesc.br/ensinomedioemsc	Abr. 2020
--------	------------------	---	-----------

A situação gerada pelo COVID-19 evidenciou questões já existentes no ensino presencial, agravou estas situações, e, ainda, antecipou outras, demonstrando a necessidade urgente de investimento massivo, em estrutura física e pessoal, para que possamos honrar o que determina nossa Constituição. Trouxe à tona, também, de forma bastante escancarada, a necessidade de formação docente para este “reinventar da escola”, uma vez posta, de forma que nos parece incontornável, **a necessidade de finalmente invertermos a chave das práticas pedagógicas**, promovendo um ensino ativo - cuja expressão, apesar de repisada, não encontra aplicabilidade efetiva na maior parte dos sistemas educativos - e tornando, a pedagogia, usuária ativa e indutora das tecnologias. Entendemos que assentir à estas mudanças não significa aderir à ideia da substituição das escolas por plataformas EAD. Mesmo porque, sem dúvida, outra lição deste momento de isolamento é a de que **a mobilização de tecnologias para as aprendizagens escolares exige a presença ativa, constante e competente do professor**. Ademais, mais do que nunca é inegável que a interação é ponto primordial das relações de ensino-aprendizagem e que a escola, muito mais do que um espaço onde depositam-se textos inertes aos estudantes, é espaço de atuação autônoma e coletiva, de vivências e interação, de relacionamento com o outro de forma física, presencial e humana, mas também uma instância onde as tecnologias podem e devem cumprir o importante papel de apoio dos processos de ensino e de aprendizagem. Isso porque o processo de aprendizagem é coletivo, conta com a curiosidade mútua, com a liberdade e interação que as crianças precisam ter para aprender. A escola é muito mais do que aprender por si mesmo! Transcende a posição de espaço de aprendizagem: é uma comunidade onde os professores e alunos relacionam-se, interagem e aprendem mutuamente, por meio do contato pessoal, das experiências vivenciadas no coletivo, das confidências, do relacionamento. É fato que as crianças que têm bom relacionamento na escola, na sala de aula, inevitavelmente, aprendem melhor. Os professores sabem disso, e agora, isto está sendo comprovado por esta crise pandêmica.

Além disso, diante do desafio de alcance e manutenção do engajamento dos estudantes durante o regime especial de atividades, bem como de promoção do uso correto das plataformas digitais, para o alcance da aprendizagem significativa, quebrou-se o mito de que os estudantes desta geração são nativos que dominam com destreza qualquer tipo de tecnologia. Evidenciou-se que não temos angariado êxito na tarefa de preparar nossos alunos para que sejam aprendizes e estabeleçam uma relação ativa e investigativa com o conhecimento, tampouco para que usem as tecnologias para esta finalidade. Logo, existe também uma reflexão provocada pela percepção da importância desta motivação para os processos de aprendizagem e de ensino. Este período de atividades escolares em casa evidenciou que a aprendizagem, além de envolver planejamento e mediação competente de um profissional com formação para tanto, o que, por si só, já é tarefa difícil, envolve também a capacidade de motivar os estudantes para que se engajem aos processos de aprendizagem - e os pais, em sua maioria, ainda que recebam conteúdos devidamente selecionados e planejados, não conseguem promover esta motivação de modo que seus filhos sejam independentes e autodeterminados para aprenderem, o que dificulta a realização das atividades e a aprendizagem em casa.

O contágio pelo COVID-19 foi promotor de uma crise mundial nos diversos campos, ocasionando mortes, desemprego e instabilidade social. Além disso, restou evidente que a proclamada educação como direito de todos, ainda está longe de ser um direito efetivado, existindo, nos diferentes países, de forma mais ou menos acentuada, um abismo entre o direito anunciado e o direito efetivamente desfrutado. Contudo, a pandemia provocou também reflexões profundas em todas as instâncias sociais e, logo, também, em relação ao modelo educacional vigente. Diante das

OEMESC	Editorial mensal	http://www.udesc.br/ensinomedioemsc	Abr. 2020
--------	------------------	---	-----------

dificuldades encontradas, tornou-se claro que assentir às mudanças do campo educacional e às tecnologias exige um grande movimento, que envolve investimento massivo, tanto em Políticas Sociais - uma vez que a igualdade e equidade de acesso aos bens sociais conversam com esta questão -, quanto em Políticas Educacionais e de formação e valorização docente. Apenas munidos por este cenário e tendo desenvolvido as competências necessárias para o letramento em cultura digital, poder-se-á cessar com tranquilidade e segurança o combate às tecnologias, adotando os recursos digitais como auxiliares da aprendizagem. Acreditamos que o mundo não será o mesmo, e o termo “voltar à normalidade” não fará sentido, pelo menos não em relação ao modelo de “normalidade” que vivemos até fevereiro de 2020. É necessário que o caminho percorrido e as aprendizagens desenvolvidas pelas redes e profissionais da educação para enfrentamento deste período de pandemia sejam mantidos como heranças vivas, permitindo-nos melhor configurar a escola pós-pandemia.

Letícia Vieira

Mestre em Educação (UDESC)
Doutoranda em Educação (USP)
Pesquisadora OEMESC

Maike C. C. Ricci

Mestre em Educação (UDESC)
Pesquisadora OEMESC

REFERÊNCIAS

A experiência internacional com os impactos da COVID-19 na educação. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-a-experiencia-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao/> Acesso em 23 Abr.2020

PRESSE, France. **Unesco: metade dos estudantes do mundo sem aulas por conta da Covid-19.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/18/unesco-metade-dos-estudantes-do-mundo-sem-aulas-por-conta-da-covid-19.ghml> Acesso em 22 abr. 2020.

QUEIROZ, Daniela Moura. Educação como direito fundamental de natureza social. **Rev. Brasileira de Educação Básica.** Ano 3. N 11, Dez 2018. Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2018/12/Daniela-Moura-Queiroz-Educa%C3%A7%C3%A3o-como-direito-fundamental-de-natureza-social.pdf> Acesso em 23 Abr.2020

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus.** Edições Almedina, S.A. Coimbra. Portugal. 2020.

TRICATE, Myriam. **A educação a distância contra a pandemia. PEA UNESCO.** Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/03/25/educacao-a-distancia-unesco/>. Acesso em 20 abr.2020

GLOBAL EDUCATION COALITION. #LearningNeverStoper. Disponível em < <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition> > Acesso em 29 de abr. 2020.

YAOBIN, Hong. **China launches national cloud learning platform as teaching goes online amid epidemic.** Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2020-02-19/China-launches-national-cloud-learning-platform-for-online-education-Ods9XruOR2/index.html> Aceso em: 15 abr. 2020.

VIANA, Clara. **Aulas na televisão só vão durar trinta minutos** Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/04/10/sociedade/noticia/aulas-televisao-so-va-0-durar-trinta-minutos-1911847> Acesso em: 15 abr. 2020.

OEMESC	Editorial mensal	http://www.udesc.br/ensinomedioemsc	Abr. 2020
--------	------------------	---	-----------